



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA**

236

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0135835-4**

**APELANTE:** Gilberto Dias Leite

**APELADO:** Ministério Público de Pernambuco

**RELATOR:** Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

**REVISOR:** Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho

**ÓRGÃO JULGADOR:** 3ª Câmara Criminal

**PROCURADORA DE JUSTIÇA:** Dra. Gerusa Torres de Lima

5461

**EMENTA:** PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBO DUPLAMENTE QUALIFICADO. CONCURSO DE PESSOAS E USO DE ARMA DE FOGO. DOSIMETRIA DA PENA. ALEGAÇÃO DE QUE AS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS NÃO FORAM CORRETAMENTE ANALISADAS. INTENSIDADE DE DOLO. PREJUÍZO. REPERCUSSÃO DO CRIME E USO DE ARMA DE FOGO. PENA INALTERADA. IMPOSSIBILIDADE DE REDUÇÃO AQUÉM DO MÍNIMO LEGAL. ERRO MATERIAL. CORREÇÃO DE OFÍCIO. ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DO CONCURSO FORMAL DE CRIMES. CARACTERIZAÇÃO. UMA SÓ AÇÃO COM PLURALIDADE DE RESULTADOS. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME

I- A abordagem das vítimas, as quais foram surpreendidas em uma parada de ônibus por três assaltantes, denota o grau de intensidade de dolo do acusado. Ademais, o delito de roubo duplamente qualificado, por sua própria natureza mostra-se grave, uma vez que atinge não apenas o bem jurídico patrimônio, mas também a integridade física das vítimas, as quais foram ameaçadas, sob a mira de um revólver, a entregar os seus pertences pessoais;

II- Embora o uso de arma de fogo deve ser utilizado para qualificar o crime, esta não pode ser considerada negativamente nas circunstâncias judiciais em relação ao



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

237

acusado, já que não restou comprovado o seu uso. No entanto, independentemente da fixação de uma nova pena-base, com o reconhecimento da confissão, não haverá qualquer alteração na pena então imposta ao apelante, já que sua reprimenda não poderá ficar aquém do mínimo;

IV- Havendo erro material quanto ao cálculo da pena, deve esta ser modificada de ofício;

V- Considerando a prática de mais de um crime, mediante uma só ação, deve subsistir o concurso formal próprio de crimes, disposto na sentença guerreada;

VI- Penas reduzidas, de ofício, para 06 (seis) anos 02 (dois) meses e 20 (vinte) dias de reclusão e 90 (noventa) dias-multa;

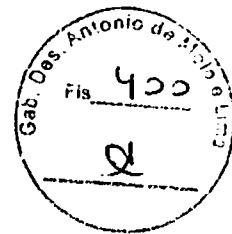
V- Recurso improvido. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de *Apelação Criminal* nº 0135835-4 da Comarca de Cabo do Santo Agostinho/PE, em que figuram, como apelante Gilberto Dias Leite e como apelado o Ministério Público de Pernambuco, acordam os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão do dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, por decisão unânime, em negar provimento ao presente apelo, reduzindo, no entanto, de ofício, a pena do apelante para 06 (seis) anos 02 (dois) meses e 20 (vinte) dias de reclusão e 90 (noventa) dias-multa, tudo conforme consta do relatório e do voto digitados em anexo, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 12 de Dezembro de 2009

Des. Antonio de Melo e Lima  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA**

238

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0135835-4**

**APELANTE:** Gilberto Dias Leite

**APELADO:** Ministério Público de Pernambuco

**RELATOR:** Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

**ÓRGÃO JULGADOR:** 3ª Câmara Criminal

**PROCURADORA DE JUSTIÇA:** Dra. Gerusa Torres de Lima

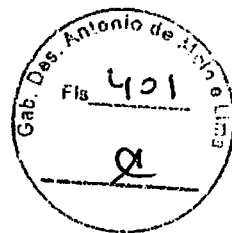
**RELATÓRIO**

O Ministério Público denunciou Gilberto Dias Leite, Nicláudio Cardoso dos Santos e Roberto Gonçalves do Amaral, qualificados nos autos, como incurso nas penas do artigo 157 § 2º, incisos I e II do Código Penal Brasileiro.

A denúncia, recebida em 14.10.96, conforme se observa à fl.02, narra que no dia 28.09.96, em uma parada de ônibus próximo a lixão da Vila da Cohab, no município do Cabo, os denunciados, em comunhão de desígnios e mediante grave ameaça, consistente no uso de arma de fogo, subtraíram um relógio da marca Cassio e uma carteira porta cédulas pertencentes a Fábio Cavalcanti, as carteiras, de Aderbal Campelo da Silva e Amaro José da Silva, estas com certa quantia em dinheiro, bem como pertences de outras vítimas que se encontravam no local.

Citados, os denunciados foram interrogados às fls. 51/53, 180/181 e 182/184.

*[Assinatura]* 1



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA**

239

Defesas Prévias, às fls. 55, 65.

Procedida à instrução criminal, as testemunhas arroladas na inicial acusatória foram inquiridas, às fls. 95, 97/98, 99, 260/260v e 310/311, bem como as arroladas pela defesa de Gilberto Dias Leite, às fls. 31/332.

À fl. 312, fora acostado Atestado de Óbito do denunciado Nicláudio Cardoso dos Santos, cuja extinção de punibilidade fora decretada à fl. 314.

Às fl. 337, encontra-se também em anexo o Atestado de Óbito de Roberto Gonçalves do Amaral.

As partes nada requereram na fase no art. 499 do CPP.

Alegações Finais do Ministério Público à fls. 340/343, pugnando pela extinção da punibilidade do denunciado Roberto Gonçalves do Amaral, bem como pela condenação do réu Gilberto Dias Leite.

Alegações finais de Gilberto Dias Leite, às fls. 345/348, pugnando pela aplicação da pena mínima.

Sentença às fls. 351/360, julgou extinta a punibilidade do réu Roberto Gonçalves do Amaral Filho, bem como condenou Gilberto Dias Leite.

Inconformado, e através de advogado regularmente constituído, Gilberto Dias Leite, às fls. 367/369, apelou, tempestivamente, da referida sentença, a qual o condenou à pena de 06 (seis) anos e 05 (cinco) meses de reclusão, a ser cumprida em regime inicialmente semi-aberto e ao pagamento de 93 (noventa e três) dias-multa.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA**



240

Em suas Contra-Razões de fls.376378, o Representante do Ministério Público pugna pela manutenção da sentença guerreada em sua integralidade.

Instada a se manifestar, a Procuradoria de Justiça, através da Procuradora de Justiça, em matéria Criminal, Dra. Gerusa Torres de Lima, às fls. 388/390, opinou pelo não provimento do apelo.

É o relatório.

Ao Revisor.

Recife, 17 de *Agosto* de 2008.

*[Assinatura]*  
**Des. Antonio de Melo e Lima**  
**Relator**



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA**



**241**

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0135835-4**

**APELANTE:** Gilberto Dias Leite

**APELADO:** Ministério Público de Pernambuco

**RELATOR:** Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

**REVISOR:** Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho

**ÓRGÃO JULGADOR:** 3ª Câmara Criminal

**PROCURADORA DE JUSTIÇA:** Dra. Gerusa Torres de Lima

**VOTO DO RELATOR**

Srs. Desembargadores,

Como visto, trata-se de recurso de apelação interposto por Gilberto Dias Leite contra sentença proferida pelo MM. Juiz de Direito da Comarca do Cabo de Santo Agostinho/PE, que o condenou à pena privativa de liberdade de 06 (seis) anos e 05 (cinco) meses de reclusão, a ser cumprida em regime inicialmente semi-aberto, e ao pagamento de 93 (noventa e três) dias-multa, por infração ao art. 157, §2º, incisos I e II, c/c art. 71 e 65, inciso III, alínea "d", todos do Código Penal Pátrio.

Nas razões de apelação, às fls. 367/369, a defesa técnica, em apertada síntese, alega que o acusado não utilizou a arma de fogo para subtrair os pertences das vítimas; refuta a tese de concurso formal, vez que o acusado teria praticado apenas um delito; nega que este agiu com intenso dolo, causando prejuízo considerável para as vítimas, bem se insurge contra o argumento de ter sido grande a repercussão do crime praticado.

Por fim, suscitando a primariedade do apelante, bem como ter este profissão definida e possuir esposa e filhos menores, requereu também o benefício da suspensão condicional da pena.

Analizando minuciosamente os autos, observo que o apelo, por seus fundamentos, não merece prosperar. Senão Vejamos.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

242

Restou comprovado que, no dia 28.09.96, por volta das 22:00hs, numa parada de ônibus, localizada próximo ao lixão da vila Cohab, Cabo de Santo de Agostinho, o apelante em comunhão de desígnios com os demais denunciados (já falecidos) e mediante grave ameaça, consistente no uso de arma de fogo, subtraíram o relógio da marca Cassio e uma carteira porta cédulas pertencentes a Fábio Cavalcanti e as carteiras de Aderbal Campelo da Silva e Amaro José da Silva, estas com certa quantia em dinheiro, bem como pertences de outras vítimas que se encontravam no local. (fls. 95, 97/98, 99, 260/260v e 310/311)

Há inclusive relatos nos autos de que a vítima Amaro José da Silva teria sido agredida fisicamente por um dos denunciados, conforme podemos observar à fl. 99.

Às fl. 08 e 51, perante a autoridade policial e em juízo, o apelante confessou a prática delitiva, alegando, no entanto, que sua participação no crime consistiu em subtrair das vítimas os seus pertences, enquanto que um dos denunciados utilizou a arma de fogo e outro apenas observava.

A materialidade delitiva restou sobejamente comprovada, conforme se observa do Auto de Apresentação e Apreensão, de fls.19, Auto de Avaliação de fl. 21, bem como Auto de Entrega de fls.22/24.

A autoria, como visto, também se mostra inconteste, tanto que sequer é objeto de irresignação por parte da defesa, a qual se insurge, em síntese, contra a fundamentação do magistrado quanto à aplicação da pena. Assim, passemos à sua análise.

Ao verificar as circunstâncias judiciais do art. 59 do CPB, registrou o magistrado sentenciante que o apelante "*agiu com grande intensidade de dolo, causando prejuízo considerável para as vítimas, sendo de grande repercussão o roubo praticado, foi quem usou a arma para subtrair o bem, todavia o réu possui bons antecedentes*".



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

243

Por esta razão, foi fixada a pena-base do apelante, pouco acima do mínimo legal, qual seja, 05 (cinco) anos de reclusão, a qual foi diminuída para 04 (quatro) anos de reclusão, em razão do reconhecimento da atenuante prevista no art. 65, inciso III, alínea "d" do CPB (confissão).

Primeiramente, ao contrário do que aduz a defesa, entendo que a abordagem das vítimas, as quais foram surpreendidas em uma parada de ônibus por três assaltantes, denota sim o grau de intensidade de dolo do acusado. Segundo, o delito de roubo duplamente qualificado, por sua própria natureza mostra-se grave, uma vez que atinge não apenas o bem jurídico patrimônio, mas também a integridade física das vítimas, as quais foram ameaçadas, sob a mira de um revólver, a entregar os seus pertences pessoais.

Ainda se insurgindo contra esta fase da dosimetria da pena, a defesa alega que o acusado não utilizou a arma de fogo, não devendo ser reconhecida, assim, tal circunstância em seu desfavor.

Neste ponto, saliento que a própria sentença, à fl. 357, deixa transparecer que a referida arma de fogo foi, de fato, utilizada pelo então denunciado Roberto Gonçalves do Amaral Filho. Assim, embora tal circunstância deva ser considerada para o qualificar o crime, já que no concurso de pessoas, basta que um dos agentes se encontre armado para que a qualificadora de emprego de arma se estenda aos demais, esta não pode ser considerada negativamente nas circunstâncias judiciais em relação ao acusado.

Pois bem.

Apesar das considerações feitas acima, com o reconhecimento da circunstância atenuante da confissão, vimos que a pena do apelante foi reduzida para o **mínimo legal**, ou seja, 04 (quatro) anos. Assim, independentemente da fixação de uma nova pena-base, nesta oportunidade, observa-se que não haverá qualquer alteração na pena então imposta ao acusado, já que sua reprimenda não poderá ficar aquém do mínimo.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

244

Por este motivo, passo a analisar a terceira fase da dosimetria da pena.

Em que pese o douto magistrado de 1º grau ter determinado o aumento de 1/3 (um terço) na reprimenda do apelante, considerando a qualificadora prevista no art. 157 §2º, inciso II, do CPB, verifico que houve um erro material ao ser estabelecido o patamar de 05 (cinco) anos e 06 (seis) meses de reclusão, quando na verdade, o *quantum* correto é de **05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, o que deve ser modificado, de ofício.**

Por fim, observo que o magistrado de 1º grau, embora tenha transcrito em sua decisão o disposto no art. 71 do CPB, que trata da continuidade delitiva, reconheceu devidamente o concurso formal de crimes, fato é objeto de irresignação por parte da defesa, a qual sustenta que o apelante mediante uma ação praticou um só delito.

Neste ponto, verifico, com clareza, que tal argumento não merece prosperar. Ora, como visto, o acusado, juntamente com os demais comparsas, subtraiu pertences de vítimas distintas (comprovadamente Fábio Cavalcanti, Aderbal Campelo da Silva e Amaro José da Silva) dirigindo ameaças a cada uma delas. Assim, mediante uma só conduta dolosa, ocorreu pluralidade de eventos e resultados, caracterizando o concurso formal de delitos.

E vou além. Agiu o acusado com a intenção de produzir dois ou mais resultados criminosos, consubstanciando ainda o chamado “desígnio autônomo, conforme o disposto na segunda parte do *caput* do art. 70 do CP.

Em total consonância com este entendimento, trago à baila o seguinte precedente proveniente do Superior Tribunal de Justiça:

RECURSO ESPECIAL. PENAL. ROUBO. CONCURSO  
FORMAL IMPRÓPRIO. ÚNICA CONDUTA.  
DESÍGNIOS AUTÔNOMOS. BENS



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

245

JURIDICAMENTE TUTELADOS DISTINTOS. MERA REITERAÇÃO CRIMINOSA. NÃO-INCIDÊNCIA DO ART. 71 DO CÓDIGO PENAL.

1. Quando o Réu inicia a conduta delituosa com o escopo de lesar o patrimônio de mais de uma vítima com uma só ação deve-se aplicar o art. 70, segunda parte, do Código Penal.

2. A mera reiteração criminosa não configura a continuidade delitiva prevista no art. 71 do Código Penal.

3. Recurso conhecido e provido.

(REsp 690.760/RS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 24/04/2007, DJ 28/05/2007 p. 389).

No entanto, apesar de entender que restou devidamente caracterizado o concurso formal **impróprio** de crimes, deixo de reconhecê-lo, nesta oportunidade, uma vez que a situação do réu seria agravada, o que nos é vedado ante a proibição da *reformatio in pejus*, devendo subsistir, tão-somente, o concurso formal **próprio** de crimes, como exposto pelo magistrado de 1º grau na sentença ora guerreada.

Assim, considerando o patamar de 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, mantenho o aumento de 1/6 (um sexto), fixando a reprimenda do apelante Gilberto Dias Leite, definitivamente, em **06 (seis) anos 02 (dois) meses e 20 (vinte) dias de reclusão**, a qual deverá ser cumprida em regime semi-aberto, como outrora determinado.

Quanto à pena de multa, considerando que a melhor técnica não nos permite submetê-la ao sistema trifásico da dosimetria, entendo ser justo e razoável o pagamento de **90 (noventa) dias-multa**, a ser pago à razão de 1/30 (um trigésimo) do menor salário mínimo vigente à época do fato.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

246

Por fim, quanto ao pedido de suspensão da pena, sem maiores considerações, vê-se que este não merece prosperar, ante o não preenchimento dos requisitos previstos no art. 77 do CPB.

Por todo o exposto, voto pelo improvemento do presente recurso, devendo, no entanto, ser reduzida, de ofício, a pena do apelante para **06 (seis) anos 02 (dois) meses e 20 (vinte) dias de reclusão e 90 (noventa) dias-multa**, mantendo-se, nos demais termos, a sentença ora guerreada.

Recife 17 de Abrih de 2009

Des. Antonio de Melo e Lima  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
 Terceira Câmara Criminal  
*Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho*



247

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0135835-4**

**COMARCA:** CABO DE SANTO AGOSTINHO – 1ª Vara Criminal  
**APELANTE:** Gilberto Dias Leite  
**APELADO:** Ministério Público Estadual  
**PROCURADORA:** Dra. Gerusa Torres de Lima  
**ÓRGÃO JULGADOR:** Terceira Câmara Criminal  
**RELATOR:** Des. Antonio de Melo e Lima  
**REVISOR:** Des. Nivaldo Mulatinho Filho

**VOTO DE REVISÃO**

**GILBERTO DIAS LEITE**, qualificado nos autos, apelou da Sentença condenatória, proferida pelo Juízo da 1ª Vara Criminal da comarca do Cabo de Santo Agostinho, que o condenou à pena de 06 (seis) anos e 05 (cinco) meses de reclusão, além do pagamento de 93 (noventa e três) dias-multa, pelo delito de roubo duplamente qualificado (art. 157, § 2º, I e II, do Código Penal), em continuidade delitiva (art. 71 do CP), além da incidência da agravante do art. 65, III, "d", do CP.

Narra a Denúncia de fls. 02/03 que, no dia 28 de setembro de 1996, pelas 22h, na parada de ônibus próxima ao lixão da Vila da Cohab, em Cabo de Sto Agostinho, o ora Apelante **GILBERTO DIAS LEITE**, e mais dois outros agentes, **NICLÁUDIO CARDOSO DOS SANTOS** e **ROBERTO GONÇALVES DO AMARAL FILHO**, subtraíram, mediante grave ameaça, um relógio da marca Cássio e uma carteira porta-cédulas da vítima **FÁBIO CAVALCANTI SILVA DO AMARAL**, bens avaliados em R\$ 8,00; uma carteira porta-cédula, contendo R\$ 4,00 e avaliada por R\$ 3,00, pertencente à vítima **ADERBAL CAMPELO DA SILVA**; e um relógio da marca Mundayne, além de uma



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Terceira Câmara Criminal  
*Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho*



248

camisa azul e a importância de R\$ 4,00, bens avaliados em R\$ 9,00, da vítima AMARO JOSÉ DA SILVA, tudo conforme o Auto de Apresentação e Apreensão (fls. 19) e o Auto de Avaliação de fls. 21.

Informa, ainda, a atrial acusatória que a ameaça foi efetuada com o emprego de arma de fogo por NICLÁUDIO CARDOSO DOS SANTOS, enquanto os demais acusados, entre eles o ora Paciente, recolhiam os bens dos ofendidos, bem como de outras pessoas que se encontravam na para de ônibus. Os agentes foram presos em flagrante, em virtude de terem sido encontrados os objetos do roubo, após a queixa prestada pelas vítimas na Delegacia.

Às fls. 314 e 359, o Juiz de 1º grau extinguiu a punibilidade dos acusados NICLÁUDIO CARDOSO DOS SANTOS e ROBERTO GONÇALVES DO AMARAL FILHO, respectivamente, em face do falecimento dos mesmos.

Nas Razões da Apelação, de fls. 367/369, alega a Defesa que a Sentença condenatória foi prolatada sem embasamento no conjunto probatório. Afirma que o acusado, ora Apelante, GILBERTO DIAS LEITE não agiu com grande intensidade de dolo, causando prejuízo considerável para as vítimas, eis que não foi ele quem utilizou a arma de fogo durante os assaltos. Requer, também, pela desconsideração de crime continuado, aduzindo que o réu cometeu somente 1 (um) crime.

Assim, em síntese, pugna o Apelante pela reforma da Sentença, **“excluindo a condenação do Réu, de seis (06) anos e cinco (05) meses de reclusão e noventa e três (93) dias multa, e incluído a SUSPENÇÃO (sic) DE PENA para que o Réu venha a tirar sem prejuízo da sua liberdade”**.

Observe que a materialidade do delito em questão está configurada através do Auto de Apresentação e Apreensão (fls. 19).



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Terceira Câmara Criminal  
*Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho*

249

A autoria delitiva está embasada nos próprios depoimentos do ora Apelante, tanto no Auto de Prisão em Flagrante como em Juízo.

Quanto à alegação de que o acusado, ora Apelante, não teria utilizado a arma de fogo, sabe-se que o Brasil adota a Teoria Monista, existindo somente um crime para todos os co-autores, sendo a culpabilidade, por outro lado, individual. No caso concreto presente, embora o Juiz *a quo*, ao considerar as circunstâncias do art. 59 do CP, tenha mencionado que o Apelante "*foi quem usou a arma para subtrair o bem*" (fls. 359), analisou devidamente as circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do CP, fixando a pena-base em 05 (cinco) anos de reclusão, um ano acima do mínimo legal.

Ainda sobre as circunstâncias judiciais do art. 59 do CP, quanto à afirmação de que não houve grave prejuízo às vítimas, de que o réu não agiu com intensidade de dolo, não sendo de grande repercussão o roubo praticado, também não merece amparo as alegações da Defesa.

O delito de roubo qualificado, por ser praticado no caso presente com violência (eis que a vítima AMARO JOSÉ DA SILVA teria sido agredida com coronhadas na cabeça) e grave ameaça, é sim um crime de natureza grave, repercutindo tanto no patrimônio como na integridade física e psíquica das vítimas, sem falar que espelha a nossa triste realidade cotidiana, tendo sido analisado com precaução pelo togado monocrático.

O Juiz monocrático, na sua Sentença, admite que, em uma única ação ou conduta criminosa, foram lesadas 03 (três) vítimas, falando em concurso formal. Entretanto, no texto da Sentença, acaba transcrevendo, literalmente, o teor do art. 71 do CP, ou seja, crime continuado (fls. 358).



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Terceira Câmara Criminal  
*Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho*



249-A

De qualquer forma, não houve prejuízo ao acusado, ora Apelante, uma vez que o magistrado aplicou a majorante de 1/6 (um sexto), que é prevista tanto no art. 70 do CP (concurso formal) quanto no art. 71, caput, ou seja, o crime continuado.

Assim, a Sentença condenatória, de fls. 351/360, não merece reparo, no que tange à dosimetria, porém o Juiz monocrático incorreu em pequeno equívoco no cálculo final da pena, o que merece reparo, de ofício, já que a sanção ficará diminuída e o Recurso é da Defesa.

Em face do art. 59 do CP, e tendo em vista especialmente a primariedade do acusado, ora apelante, o Juiz monocrático aplicou corretamente a pena-base em **05 (cinco) anos de reclusão**.

Tendo em vista a atenuante da confissão espontânea (art. 65, III, "d", do CP), diminuiu a pena-base em 01 (um) ano, ficando a sanção penal em 04 (quatro) anos de reclusão.

Em seguida, tendo em vista as qualificadoras do uso de arma de fogo e concurso de pessoas (incisos I e II do §2º do art. 157 do CP), houve aumento em 1/3 (um terço), isto é, no mínimo legal permitido, ficando a reprimenda, em **05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão**. Finalmente, o Juiz de 1º grau aplicou o aumento de 1/6 (um sexto), previsto tanto no art. 70 quanto no art. 71, *caput*, ambos do CP.

Com o respectivo aumento, a sanção penal definitiva totaliza **06 (seis) anos, 02 (dois) meses e 20 (vinte) dias de reclusão**. Houve equívoco no cálculo da Sentença Condenatória que fixou a pena em 06 (seis) anos e 05 (cinco) meses de reclusão, além do pagamento de 93 (noventa e três) dias-multa.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Terceira Câmara Criminal  
*Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho*

TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
250

Corrigindo-se o pequeno equívoco, temos a sanção penal definitiva em **06 (seis) anos, 02 (dois) meses e 20 (vinte) dias de reclusão**, a ser cumprida em regime semiaberto. Aplico, ainda, a pena de 90 (noventa) dias-multa, considerando tal valor como o mais razoável.

Quanto ao pleito de suspensão condicional da pena, o mesmo não merece guarida, eis que não há o preenchimento das requisitos do art. 77 do Código Penal.

Pelo exposto, voto pelo **improvemento do apelo**, mantendo-se a Sentença de 1º grau em sua integralidade, apenas com a modificação acima referida, de ofício.

É como voto.

Recife, 17 de dezembro de 2009.

  
Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Revisor